

Aula 02

TJ-RO - História e Geografia de Rondônia

Autor:

Sergio Henrique

20 de Fevereiro de 2023

675949208 - Pedrix Willen Nunes Santiago

Sumário

1. Geopolítica da Amazônia: Produção do Território e Integração Nacional	2
1.1. Programa de Integração Nacional (PIN)	2
1.2 A Sudam	3
1.3 A Suframa	3
1.4. As rodovias Amazônicas	4
A BR-364 e o estado de Rondônia	5
1.5. Expansão da Fronteira Agrícola	6
1.6. Urbanização	8
1.7. Geopolítica Amazônica	8
1.8. A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável	9
1.9. A Economia Florestal	10
2. Diferentes Ciclos Econômicos na Amazônia	11
2.1. O Primeiro Ciclo da Borracha (1879-1912)	11
2.2. O Segundo Ciclo da Borracha (1942 - 1945)	15
2.3. Exploração Mineral	18
2.4. Atividades Madeireiras	20
3. Da Criação do Território Federal do Guaporé a Fundação do Estado de Rondôn	ia 22
4. Evolução Político-administrativa de Rondônia	25
5. Questionário	28
Questionário - Somente Pergunta	28
Questionário - Pergunta e Resposta	29
6. Exercícios	32
7. Considerações Finais	44
•	





1. GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA: PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E INTEGRAÇÃO NACIONAL.

Resignada à economia extrativista durante quase toda sua história, desde a colonização até tempos recentes, a Amazônia foi sempre a região brasileira que recebeu menos atenção por parte dos agentes públicos e privados.

Somente nos anos 1950, com o processo de industrialização brasileiro é que se começou a pensar na integração dessa região com o resto do Brasil, sobretudo com o centro político-econômico, o Sudeste. Para atrair indústrias, a industrialização dessa região contou com muitos incentivos fiscais.



A ênfase dos investimentos sobre o território amazônico se deve a vários fatores, seja pelo interesse no potencial extrativista, como no caso da exploração da Hevea Brasiliensis, seja em razão dos grandes investimentos na exploração mineral (desde o minério de ferro e bauxita, até nióbio, tantalita e petróleo), seja em face do avanço das áreas de produção agropecuária (com ênfase especial no agronegócio). Além disso, as políticas de integração da Amazônia se materializaram através de grandes obras estruturantes, como a construção de rodovias – Belém-Brasília e Transamazônica –, hidrelétricas, como Tucurui, Santo Antônio e a Balbina.

Entre os projetos industriais mais relevantes, destacaram-se o processamento de minérios e outros recursos naturais de um lado; e a implantação da indústria eletroeletrônica na Zona Franca de Manaus, de outro. A construção da BR-364 veio para consolidar esses projetos, permitindo não somente o escoamento da produção como para a ligação da Amazônia com as outras regiões brasileiras.

1.1. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (PIN)

O Programa de Integração Nacional (PIN), foi criado pelo governo militar brasileiro em 1970. Com o propósito de ocupar a região da Amazônia com projetos de incentivos de colonização, com intenção de desenvolvimento regional.

O Programa foi regulamentado pelo Decreto-lei 1.106, de 16 de junho de 1970, e pretendia realizar a integração das regiões Norte e Nordeste que eram fiscalizadas, respectivamente, pela



Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, criada em 1966) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, criada em 1959).

1.2 A SUDAM

Em 1966, foi criada a **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)**; assim, surgiu a Amazônia Legal. Apoiada por outro órgão oficial, o Banco da Amazônia, a Sudam concedeu incentivos fiscais e créditos para as empresas interessadas em investir na região de planejamento. Os projetos de investimento aprovados foram beneficiados com isenção de impostos e com empréstimos a juros baixíssimos. Entre 1966 e 1985, a Sudam apoiou mais de 900 projetos, a maioria deles de exploração florestal e agropecuária.

O mais famoso dos projetos desse tipo foi o Jari Florestal e Agropecuário. Localizado no Vale do Rio Jari, ocupa uma área de 1,6 milhão de hectares, ou seja, imensas porções do Pará e do Amapá, equivalentes à área da Bélgica. Esse projeto foi idealizado e iniciado pelo milionário estadunidense Daniel Ludwig (em 1967), cujo objetivo era desenvolver atividades integradas de silvicultura, agropecuária e indústria.

No início dos anos 1980, o empreendimento passou a ter dificuldades financeiras e acabou sendo vendido para um consórcio formado por mais de duas dezenas de grupos empresariais brasileiros — o qual também não suportou o ônus envolvido. Em 2000, um grupo empresarial brasileiro do ramo de papel e celulose o assumiu e, com a alta do preço da celulose, o negócio tornou-se bem-sucedido.

Outro projeto de grande destaque foi o **Programa Grande Carajás (PGC)**. Descoberta em 1967, a província mineral da Serra dos Carajás, no sudeste do Pará, abriga a maior reserva de minério de ferro do mundo, além de grandes reservas de manganês, cobre e ouro. Foi implantado no final da década de 70 pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce, hoje privatizada e rebatizada como Vale.

1.3 A SUFRAMA

Um ano depois da Sudam, foi criada a Superintendência para a **Zona Franca de Manaus** (**Suframa**), com a responsabilidade de planejar e coordenar um empreendimento ambicioso: a transformação de Manaus em um centro industrial de grande porte. Desse modo, a capital do estado teria de influenciar toda a parte ocidental da Amazônia, contribuindo para integrá-la ao restante do país.



Para promover a instalação de indústrias, a Zona Franca foi definida como área isenta de impostos de importação. Assim, as empresas lá implantadas poderiam comprar peças e componentes do exterior, a custos baixos, a fim de montar eletrodomésticos e outros bens de consumo para serem vendidos no Centro-Sul do Brasil.

A meta de atração de empresas foi atingida. A capital do Amazonas tornou-se, em uma década, um polo industrial e comercial. Sua população cresceu espantosamente, o que provocou sérios problemas ligados à pobreza e ao saneamento básico.

Em 2023, o governo anunciou o investimento na ZFM com objetivo de fomentar investimentos e manter o projeto de desenvolvimento. Leia a notícia:



Zona Franca de Manaus terá R\$ 1,6 bilhão em novos investimentos

A Zona Franca de Manaus receberá aproximadamente R\$ 1,6 bilhão em novos investimentos, o que poderá resultar na geração de mais de 1,6 mil novos empregos. Segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o valor terá como destino novos empreendimentos na ampliação das instalações de indústrias já existentes.

O anúncio foi feito nesta quarta-feira (12) durante o programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

"Eu quero trazer uma boa notícia sobre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa): teremos perto de R\$ 1,6 bilhão de investimentos novos. Em novas fábricas ou na ampliação de indústrias já existentes", disse Alckmin ao ressaltar o interesse do governo em manter o Polo de Manaus, responsável por mais de 100 mil empregos diretos na região.

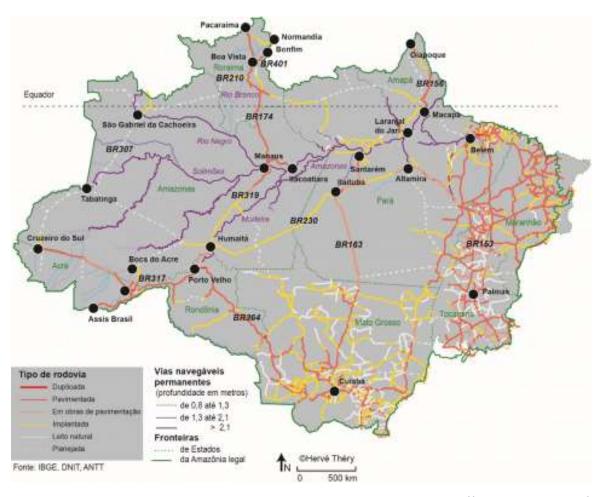
Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/zona-franca-de-manaus-tera-r-16-bilhao-em-novos-investimentos

1.4. AS RODOVIAS AMAZÔNICAS

A construção de rodovias representa um importante eixo de estratégias de implementação das ações do Estado, seja para processos de integração como para ocupação de uma determinada região. A construção de rodovias na Amazônia assume esse papel geoestratégico de promover a integração e a interiorização do país.



Principais estradas que cortam a Amazônia Brasileira: Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Porto Velho (BR-364), A BR-230 (Transamazônica – PA/AM), BR-163 (Cuiabá-Santarém), BR-319 (Porto Velho –Manaus). Cada grande eixo de circulação que atravessa parte da região amazônica possui algumas particularidades



 ${\it Cr\'edito: https://journals.openedition.org/confins/21176}$

A BR-364 e o estado de Rondônia

A BR-364 é a rodovia mais importante da **Amazônia Ocidental**, além de ser muito importante para toda a região Norte, pois faz a ligação da região com o Centro-Sul do país, permitindo o escoamento da produção das regiões Norte e Centro-Oeste do país. Construída inicialmente em 1961, teve a conclusão da pavimentação entre Cuiabá e Porto Velho em 1984 dentro do **Polonoroeste (Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil).**

Além disso, foi muito importante no processo de ocupação e formação territorial de Rondônia e da Amazônia Ocidental. Antes da construção da BR- 364, só se chegava a Porto Velho de ferrovia pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré a partir de Guajará-Mirim, de balsa a partir de Manaus ou de avião. O transporte rodoviário era inexistente. A sua construção facilitou muito a migração, que



foi a base de boa parte da ocupação da região, posto que grande parte da população rondoniense não é originária do estado.

Essa rodovia foi, inicialmente, planejada por Marechal Rondon, que durante a Comissão Rondon, traçou a sua base inicial. Com o início da ditadura Vargas, em 1937, o estado brasileiro apresenta declaradamente sua opção pela modernização do país e pela indústria. Nesse contexto, foi dentro do Plano Rodoviário Nacional, em 1944, que foi planejada a rodovia Cuiabá-Porto Velho, a BR 364. Entretanto, sua construção só terminou por completo em 1960. Em 1981, o POLONOROESTE, financiando pelo Banco Mundial, pavimentou a BR-364.



Essa rodovia foi o primeiro corredor de exportação de grãos que direcionou a produção para os portos Amazônicos, por meio da rodovia BR-364, numa intermodalidade que incluiu a construção de portos graneleiros na capital de Porto Velho e a transformação do rio Madeira numa hidrovia.

1.5. EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O termo fronteira agrícola representa uma área mais ou menos definida de expansão das atividades agropecuárias sobre o meio natural. Geralmente, é nessa zona que se registram casos de desmatamento ilegal e de conflitos envolvendo a posse e o uso da terra sobre as chamadas terras devolutas, espaços naturais pertencentes à união e que não são delimitados por propriedades legais, servindo de moradia para índios e comunidades tradicionais e familiares.

A localização dessa área de expansão foi se modificando ao longo da história. Durante o período colonial, após o descobrimento, quando a Coroa Portuguesa decidiu implementar uma produção agrícola no país, a zona litorânea composta predominantemente pela Mata Atlântica constituiu-se, então, como a primeira fronteira agrícola brasileira.

Posteriormente, sobretudo ao longo do século XX, as práticas agrícolas expandiram-se de forma mais intensa para o interior do território nacional, em função tanto da política de Marcha para o Oeste, implementada por Getúlio Vargas, quanto da política de substituição de importações promovida por Juscelino Kubitschek.

Nesse ínterim, a região de expansão passou a ser a região Centro-Oeste, com frentes migratórias de produtores advindos principalmente das regiões Sul e Sudeste do Brasil. O resultado



foi a transformação de estados como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em verdadeiros celeiros, produtores principalmente de grãos, com destaque para a soja voltada para a exportação. Além disso, houve também uma intensa devastação do Cerrado, que conta atualmente com menos da metade de suas reservas originais.

Na atualidade, as fronteiras agrícolas se expandem principalmente pelo Centro-Oeste e pela periferia da Amazônia, em regiões de relevo relativamente plano - o que facilita a mecanização - e de solos e climas favoráveis utilizando corretivos e, às vezes, irrigação. Uma área em destaque é o Matopiba (sul do Maranhão, noroeste de Tocantins, sul do Piauí e oeste da Bahia).

A pressão da busca por novas áreas de plantio está diretamente associada ao desmatamento do cerrado e da Amazônia nas últimas décadas. Os poderosos interesses econômicos envolvidos nesse processo estão na origem dos embates que opõem os grandes fazendeiros aos ambientalistas, na sociedade e no Congresso Nacional, em relação a temas como a preservação da natureza e o novo Código Florestal.

Não obstante, o crescimento da produção das regiões Centro-Oeste e Norte do país vem sendo registrado desde o fim da década de 1980, superando áreas tradicionais de pecuária bovina, como as do Sul. A pecuária bovina brasileira vem passando, desde a década de 1980, por uma mudança estrutural, deixando de ser predominantemente extensiva. Tem se tornado cada vez mais frequente a seleção de raças e a vacinação do gado, que é alimentado em pastos cultivados, no período chuvoso, e com ração, nos períodos de estiagem. Essas características são típicas da pecuária semi-intensiva ou intensiva, cada vez mais dominada por grandes empresas agroindustriais.

A expansão da fronteira agrícola não atingiu Rondônia de forma tão agressiva como se verifica em outros estados da região amazônica, como o Pará. Entretanto, parte dos migrantes da década de 1970 e 1980, provenientes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste veio em busca de terras, motivada pela política de governo que privilegiou essa atividade econômica. Não coincidentemente, grande parte da produção agropecuária do estado está monopolizado na Mesorregião Leste Rondoniense, em municípios como Ji-Paraná, que por fazer parte da periferia amazônica, é por onde avança a fronteira.

O crescimento das áreas agrícolas se dá em meio a conflitos com o meio ambiente. A pressão da busca por novas áreas de plantio está diretamente associada ao desmatamento do cerrado e da Amazônia nas últimas décadas.

Estudos indicam que quase metade do desmatamento na Amazônia é provocado para abrir pastos e lavouras de soja. Os interesses econômicos envolvidos nesse processo estão na origem dos embates que opõem os grandes fazendeiros aos ambientalistas na sociedade e no Congresso Nacional, em relação a temas como a preservação da natureza e o Código Florestal (2012).



1.6. URBANIZAÇÃO

Conforme mencionado o projeto de integração da Amazônia previa a utilização de mecanismos de atração populacional, como forma de atenuar os conflitos populacionais no Nordeste e de garantir a soberania nacional pelos preenchimentos dos chamados, pelos militares, de vazios demográficos.¹ Como consequência dessas e de outras ações, uma grande modificação estrutural ocorreu no povoamento regional, que se localizou ao longo das rodovias, não mais ao longo da rede fluvial, como no passado, e no rápido crescimento populacional, sobretudo urbano. Ocorreu na região uma penosa mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação da terra, e assim, ligada a um processo de urbanização. Em vista disso, a Amazônia teve uma das maiores taxas de crescimento urbano do país nas últimas décadas.



O processo de urbanização de Rondônia está relacionado com a evolução econômica do estado, ou seja, com os ciclos econômicos que se estabeleceram na região e, também, com as políticas públicas implementadas para a ocupação e integração do estado.

Atualmente, a rede urbana de Rondônia é composta, basicamente, pelos núcleos demográficos ao longo da BR-364, destacando-se, além da capital **Porto Velho**, as cidades do centro-sul do estado, em função de certo dinamismo agroindustrial. É ocaso de **Ji-Paraná**, no centro do estado, e **Vilhena**, no extremo sul, que disputam a liderança do interior, com clara vantagem para a primeira. Seguem-se Ariquemes, Cacoal, Jaru, Ouro Preto d'Oeste, Rolim de Moura e Pimenta Bueno. Essa estrutura urbana comanda toda a malha de núcleos urbanos do estado a partir de Porto Velho. **Porto Velho** é a cidade mais **populosa**, seguida por Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes e Cacoal, respectivamente

1.7. GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA

A Amazônia apresenta, do ponto de vista geopolítico, uma importância ímpar no cenário mundial. Sua importância pode ser observada em dois principais aspectos: no que tange à sua grande riqueza natural, sendo a principal área florestal remanescente do mundo; e no que tange ao seu

¹ Conceito ainda debatido no meio acadêmico, visto que desconsidera os povos originários da região ao chamar vazio demográfico.



_

valor econômico, devido às abundantes riquezas minerais, de água doce, madeira, de terras produtivas, enfim, tudo o que pode ser capitalizado. Por isso, muitos dizem que a Amazônia é, hoje, a grande fronteira do capital natural no mundo.

Até recentemente, dominava, no projeto internacional, a percepção da Amazônia como uma imensa unidade de conservação a ser preservada, tendo em vista a sobrevivência do planeta, posto os irreparáveis danos causados pela sociedade ao meio ambiente. A natureza foi então reavaliada e revalorizada a partir de duas lógicas muito diferentes, mas que convergem para o mesmo projeto de preservação da Amazônia.

A primeira lógica é a civilizatória, ou cultural, que possui uma preocupação legítima com a natureza pela questão da vida, o que dá origem aos movimentos ambientalistas. A outra lógica é a da acumulação, que vê a natureza como recurso escasso e como reserva de valor para a realização de capital futuro, fundamentalmente no que tange ao uso da biodiversidade condicionada ao avanço tecnológico.

Um segundo projeto internacional diz respeito à integração da Amazônia transnacional, da Amazônia sul-americana. Trata-se de uma nova escala para pensar e agir na Amazônia. Esse dado é importante por múltiplas razões:

- ✓ Primeiro, porque a união dos países amazônicos pode fortalecer o Mercosul e, de certa maneira, construir um contraponto nas relações com a Alca e com a própria União Europeia.
- ✓ Em segundo lugar, porque pode permitir uma presença coletiva e uma estratégia comum no cenário internacional, fortalecendo a voz da América do Sul.
- ✓ Em terceiro lugar, porque é fundamental para estabelecer projetos conjuntos quanto ao aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e intercâmbio, como é o caso das cidades gêmeas localizadas em pontos das fronteiras políticas.

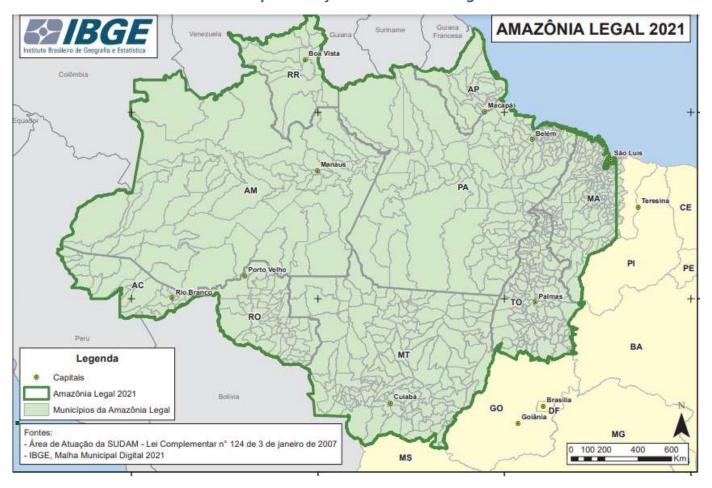
1.8. A AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Amazônia brasileira abriga recursos naturais incalculáveis, representados pela biodiversidade dos ecossistemas da floresta equatorial e pelas imensas reservas de água das bacias Amazônica e do Tocantins-Araguaia. A preservação desses recursos para as gerações futuras é uma responsabilidade de toda a nação e um compromisso internacional do Estado brasileiro.

Mas a região não deve ser vista unicamente como uma grande reserva de recursos naturais. Na Amazônia Legal vivem (2022), 29,6 milhões de habitantes, com grande parte vivendo no meio urbano. As melhoria das condições de vida dessa população depende do desenvolvimento econômico regional, que não pode ser bloqueado sob argumentos conservacionistas. O dilema que



se apresenta, para todo o país, incide sobre o sentido do planejamento: como conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação da cobertura vegetal e dos rios amazônicos?



 $https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2021/Mapa_da_Amazonia_Legal_2021.pdf$

A herança do planejamento do governo militar pesa fortemente sobre a região. Os eixos viários abertos para a colonização da Amazônia converteram-se em corredores de desflorestamento e áreas de conflitos fundiários.

1.9. A ECONOMIA FLORESTAL

A incrementação e a modernização da exploração dos produtos da floresta baseiam-se na experiência histórica da produção familiar na Amazônia. O extrativismo florestal e a pesca ribeirinha são as atividades mais tradicionais na região e sustentam significativa parcela da população que habita as várzeas fluviais.

A extração da borracha natural sobreviveu ao encerramento do grande "ciclo da borracha", entre o final do século XIX e o início do século XX, e ao fim do pequeno ciclo incentivado pelo governo Vargas à época da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na década de 1980, os seringueiros do



Acre se organizaram para resistir à derrubada da floresta, com o avanço da exploração de madeira e a instalação das fazendas de gado. Na época, foram criadas reservas extrativistas comunitárias, um modelo que hoje se procura difundir em outras áreas da Amazônia.

Entre as árvores frutíferas da floresta destacam-se o cacau, a castanha-do-pará, o guaraná, o açaí, o cupuaçu, a pupunha e o bacuri. Além das árvores frutíferas, a coleta florestal abrange a extração de corantes, como o urucum, e de fibras, como a da malva, usada na indústria de sacaria.

O extrativismo não predatório é uma atividade capaz de sustentar parte significativa da população rural da região, mantendo preservada a floresta. Contudo, o avanço da agropecuária e das madeireiras ameaça diretamente a sua continuidade. No baixo curso do Tocantins e do Amazonas, ao redor de Belém, a derrubada de palmeiras para a retirada de palmito coloca em risco a coleta de açaí. No sul do Pará, em torno de Marabá, extensas áreas do Polígono dos castanhais foram inteiramente devastadas.

A sobrevivência da economia florestal depende de sua modernização e de sua integração aos circuitos produtivos nacionais e internacionais. O cultivo de juta, uma planta indiana que fornece fibras resistentes e flexíveis, introduzida há décadas nas áreas de Santarém (PA) e Parintins (AM), mostrou um caminho, que foi seguido com o cultivo de urucum, malva e guaraná.

A transição da coleta florestal para a agricultura de plantas nativas é incentivada por pesquisas conduzidas nas universidades e institutos científicos da Amazônia. Os pesquisadores buscam aplicações para os produtos da floresta nas indústrias de alimentos e farmacêutica.

2. DIFERENTES CICLOS ECONÔMICOS NA AMAZÔNIA.

2.1. O PRIMEIRO CICLO DA BORRACHA (1879-1912)

No final do século XIX o mundo passava por uma profunda revolução tecnológica: a Segunda Revolução Industrial. Os países pioneiros foram os europeus — Itália e Alemanha — e Japão, mas o grande centro foi o nordeste dos EUA. Lá surgiu o processo de eletrificação urbana e a hidroeletricidade, a invenção da fotografia e telefone, a indústria petroquímica, a produção do aço e a principal invenção, o automóvel.

Muitas possibilidades começaram a ser desenvolvidas para o uso da borracha. A mais importante foi a descoberta pela indústria petroquímica da Goodyear (Estados Unidos) e Hancock (Inglaterra) do processo de **vulcanização** da borracha, em 1842, o que a tornava dura o suficiente para a produção de vários produtos, entre eles pneus para os automóveis (antes os usos eram restritos, pois era muito mole).



Nos anos de 1850, com a difusão do automóvel em toda a Europa, a borracha entrou em um período de demanda crescente. A partir daí, ocorreu uma explosão na demanda e a matéria prima era encontrada somente na Amazônia brasileira. Os primeiros momentos da extração ocorreram a partir de 1840, mas seu auge foi entre 1879 e 1912.

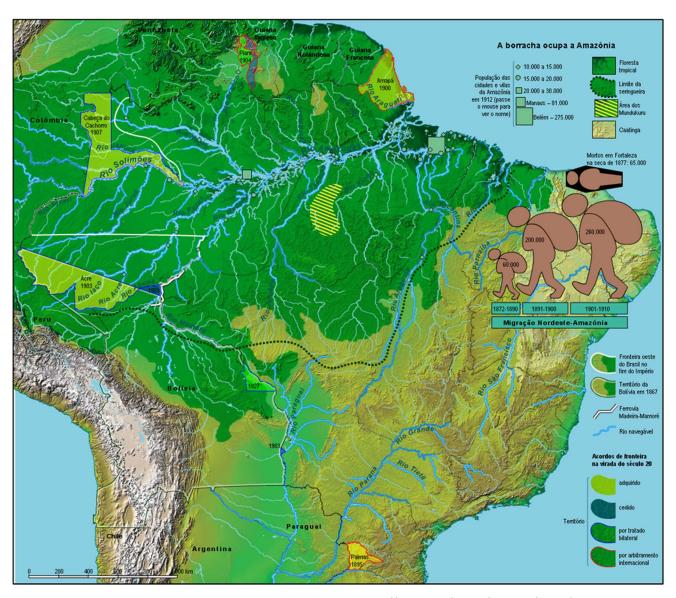


A borracha já era utilizada nas aldeias indígenas antes da ocupação europeia e, desde o século XVI, já compunha o conjunto das chamadas Drogas do Sertão. A população cabocla que trabalhava na agricultura, inicialmente, trabalhou na extração da borracha — eram os seringueiros caboclos, que também coletavam óleo de copaíba, castanha e cacau. Nesse período, a coleta da borracha era parte de uma produção de subsistência.

Dessa forma, o vale amazônico, de forma geral, e os vales do rio Madeira e Guaporé-Mamoré, atualmente território rondoniense, foram sendo inseridos, de forma rápida, nesse processo econômico. Um vertiginoso aumento na produção ocorre em poucas décadas, principalmente, em razão da chegada da mão de obra nordestina tornando-se fundamental para esse aumento na produtividade.

Cabe ressaltar, que o atual Estado de Rondônia não era uma das regiões que se destacava na produção de látex durante o ciclo da borracha. O vale amazônico e regiões do atual estado do Acre e Bolívia tiveram uma produção mais elevada. No entanto, o ciclo econômico da borracha foi relevante para a organização agrária territorial do estado.

A borracha ocupa a Amazônia:



https://atlas.fgv.br/marcos/economia/mapas/borracha-ocupa-amazonia

Com a exploração da borracha, a região Amazônica passa a ter destaque no cenário econômico mundial. A borracha passou a ter uma importância no desenvolvimento da indústria internacional. Dessa maneira, a borracha, *Hevea brasiliensis*, passou a ser considerada uma matéria-prima de grande utilidade para a indústria nascente. Tornava-se, assim, um dos mais importantes produtos comercializados no Brasil.

Contudo, a borracha estava na floresta, espalhada em longas distâncias, habitadas por índios. Era necessário colhê-la nas árvores, ainda líquida, defumá-la até ficar sólida, transportá-la até as margens dos rios e daí para o comércio nas cidades, um trabalho penoso e perigoso, que só poderia ser realizado por um exército de homens acostumados à vida mais rude. Esse exército veio do Nordeste do Brasil, empurrado pela miséria e pelas grandes secas, como as de 1877 e 1878. Antes



que o século findasse, mais de 300 mil nordestinos, principalmente do sertão do Ceará, migraram para a Amazônia.

Nos seringais, esses homens valiam menos que os escravos. Na outra extremidade da sociedade regional, os seringalistas e grandes comerciantes usufruíam da riqueza fácil proporcionada pela borracha. Essa evidente contradição no quadro social do Ciclo da Borracha, se devia a um perverso sistema de exploração, que consumiu a vida de milhares de homens. O sistema de aviamento se constituía numa rede de créditos e se espalhou nos imensos seringais que foram abertos em todos os vales amazônicos.

Por esse sistema, os seringueiros eram obrigados a comprar a crédito somente dos seus seringalistas tudo de que necessitavam para sobreviver: alimentos, roupas e ferramentas. Pagavam suas dívidas com a borracha produzida. Os seringalistas compravam a crédito (aviavam) das casas aviadoras, todas as mercadorias que vendiam para os seringueiros. Pagavam com a produção anual do seringal. As casas aviadoras, estabelecidas principalmente em Belém e Manaus, compravam das firmas exportadoras as mercadorias que forneciam aos seringalistas e pagavam as exportadoras com a produção dos seringais. Por fim, as exportadoras, na maioria de origem inglesa ou alemã, se capitalizavam nos bancos europeus e norte—americanos para financiar o sistema de aviamento e obtinham um extraordinário lucro com a venda da borracha nos mercados industrializados.



A euforia econômica proporcionada pela borracha amazônica — que chegou ao posto de segundo produto da pauta de exportações brasileira, só perdendo para o café — foi efêmera. Em menos de três décadas a velha pirataria europeia conseguiu destruir todos os sonhos de grandeza amazônica. Um biopirata inglês contrabandeou da Amazônia grande quantidade de sementes de seringueiras para o Jardim Botânico de Londres. Rapidamente se descobriu que as mudas de seringueira obtidas das sementes contrabandeadas, se adaptavam perfeitamente na Ásia. Logo os ingleses implantaram enormes seringais de cultivo no sudeste asiático, racionalizando e modernizando a produção da borracha. Assim, conseguiram reduzir de forma drástica os custos de produção, que, na Amazônia, eram extremamente altos, e derrubaram os preços internacionais.

A rede de crédito do sistema de aviamento era como um castelo de cartas que desabou inteiro, uma vez que foi rompido pelos grandes compradores internacionais. Nas décadas de 1920 e 1930, milhares de seringueiros nordestinos abandonaram os seringais e voltaram derrotados para suas regiões de origem. A Amazônia brasileira se despovoou e entrou em um novo ciclo de



decadência econômica. Na crise, a agricultura passou a ser utilizada e isso fez com que práticas e conhecimentos dos nordestinos se fundissem aos conhecimentos da agricultura indígena.

2.2. O SEGUNDO CICLO DA BORRACHA (1942 - 1945)

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o Japão, aliado da Alemanha e da Itália (países do Eixo) conquista e ocupa o Sudeste Asiático, área que produzia borracha e, os aliados ficam sem esse importante produto para a sua indústria.

Os Estados Unidos que entraram na guerra em decorrência do ataque japonês a base americana de *Pearl Harbour*, no Havaí, necessitava da borracha para a sua indústria. O presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt e o presidente do Brasil Getúlio Vargas assinaram os **Acordos de Washington (1942)**, pelo qual o Brasil comprometia-se a reativar os seringais amazônicos, através de uma operação conjunta com os EUA.

O Brasil entrou com os seringais, mão-de-obra e 58% de capital para a criação do Banco de Crédito da Borracha. Os EUA entraram com 42% de capital para o Banco de Crédito da Borracha e, forneciam meios para a produção, transporte e escoamento.

Inicialmente, os norte-americanos investiram 5 milhões de dólares para serem aplicados pelo Instituto Agronômico do Norte, nas pesquisas científicas para a melhoria e fomento da produção e mais 5 milhões de dólares para o saneamento a ser feito pela Fundação Rockfeller. Esses acordos proporcionaram à região, a montagem de um esquema logístico institucional do qual participou ativamente o governo brasileiro com o apoio norte-americano, abrindo-se muitas frentes operacionais e estratégicas na área.



Os objetivos de um e de outro governo, eram em certo ponto conflitante. Os norteamericanos tinham seus interesses marcados pela urgência e pelo prazo curto, enquanto o governo brasileiro tinha o interesse voltado para o permanente e o duradouro desejo de manter na Amazônia uma política de desenvolvimento.

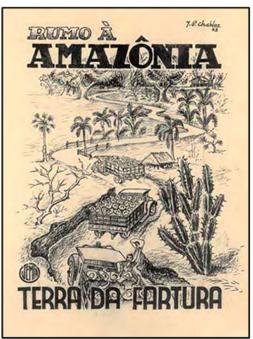
Com o apoio financeiro dos EUA, o governo brasileiro montou uma infraestrutura que possibilitou aos seringais uma expressiva produção. A infraestrutura criada foi a seguinte:



- ✓ **SEMTA** (Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia) e **CAETA** (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia) com o objetivo de recrutar, encaminhar e colocar trabalhadores, principalmente nordestinos, nos seringais, sob a supervisão do Departamento Nacional de Imigração.
- ✓ SAVA (Superintendência de Abastecimento da Vale Amazônico) que fazia o abastecimento direto dos seringais com gêneros de primeira necessidade.
- ✓ RRC (Rubber Reserve Company) que passou a denominar-se RDC (Rubber Devenlopment Company) posteriormente, encarregada do transporte de passageiros e de suprimentos através da SAVA.
- ✓ SESP (Serviço Especial de Saúde Pública): foi criado para promover o melhoramento urbano, o combate à malária e o saneamento.
- ✓ Banco da Borracha: realizava operações de crédito, fomento à produção e financiamento aos seringalistas. O Banco exercia o monopólio da compra e venda da borracha.
- ✓ Criação de territórios federais: Território do Guaporé (hoje Rondônia), Rio Branco (hoje Roraima) e Amapá, em 1943, iniciando-se assim o processo de reorganização do espaço político amazônico.

Observe as propagandas oficiais do governo Vargas no "recrutamento" de soldados:





http://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/05/batalha-da-borracha/





http://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/05/batalha-da-borracha/

O movimento migratório da Batalha da Borracha, que se desenvolveu no decorrer dos anos de 1941 e início de 1943, adquiriu um novo colorido com a chegada a partir de 1943 e durante os anos de 1944/1945, de novos contingentes humanos, os nordestinos que ficaram sendo conhecidos como soldados da borracha.



A diferença entre essas duas correntes de migrantes era flagrante, a primeira se constituía na sua maioria de cearenses que se deslocavam do interior. A partir de 1943 até 1945, provinha dos centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muito deles desempregados ou sem profissão definida, vinham para a Amazônia pelo simples sabor da aventura e para fugir à convocação para a FEB (Força Expedicionária Brasileira) que lutava na Itália.

Com o término da Segunda Guerra em 1945, foram liberadas as plantações de borracha da região asiática, cessando o interesse norte-americano pela borracha produzida na Amazônia, que passou a acumular estoques crescentes, já que o mercado interno não tinha capacidade de absorver toda a produção. A tentativa de produzir borracha ainda permaneceu até os anos de 1960. A partir desta data, paulatinamente a produção de borracha cai, ocasionando o fim desse ciclo.

Com o declínio da exploração da borracha, os seringueiros migram para a extração de outros produtos. A castanha e os minérios, sobretudo, a cassiterita e o ouro passam a ter importância no Estado de Rondônia, criando-se uma nova organização produtiva.



Muitos seringueiros, com o fim da batalha da borracha, foram incluídos nos projetos das Colônias Agrícolas. A falta de apoio do Estado para a estruturação das colônias foi o principal objetivo de seu perecimento. Contudo, a Colônia Nipo-Brasileira somente sobreviveu devido ao apoio financeiro da embaixada japonesa em Belém. Como em outros momentos da história rondoniense, o objetivo do Estado foi o de garantir os direitos de grandes latifundiários e do capital nacional e internacional.

Foi, no entanto, com a cassiterita que o território rondoniense saiu, momentaneamente, da crise da borracha e do extrativismo. O surto da cassiterita promoveu um novo alento para uma massa de seringueiros que estava ociosa nas cidades ou trabalhando na coleta de castanha. Já nesse período, também, a cassiterita trouxe um pequeno fluxo migratório das regiões próximas ao estado, em especial, do Amazonas e Mato Grosso.

2.3. EXPLORAÇÃO MINERAL

A mineração na Amazônia brasileira remonta aos bandeirantes, com a busca e extração de ouro no Mato Grosso, em Cuiabá; no Tocantins, em Dianópolis e no Maranhão, em Gurupi. Devido a sua formação geológica, de uma grande **bacia sedimentar** que se estende de leste a oeste, do Atlântico aos Andes, cercada, a norte e sul, por terrenos cristalinos dos escudos das Guianas e Brasil, os metais preciosos, principalmente a prata, eram encontrados na cordilheira andina, mas não em território amazônico.

Tal conformação natural fez com que a mineração na Amazônia só tivesse impulso no século XX, com a descoberta de manganês na Serra do Navio, no Amapá; ouro, no Tapajós, e, ao final da década de 1960, o ferro de Carajás no Pará.



A partir dessa década (1960), em decorrência de uma política governamental voltada para a integração da Amazônia, apoiada pelos incentivos fiscais, e da melhoria dos meios de comunicação e transporte, tem início a entrada de capitais destinados à sua ocupação, com consequente atração dos **fluxos migratórios.**

A cassiterita foi descoberta na década de 1950, nas terras abandonadas do seringalista Joaquim Pereira da Rocha, mas somente em 1960 é que começa a grande corrida em direção aos garimpos de cassiterita. Os ricos aluviões estaníferos de Rondônia foram responsáveis pela primeira "corrida garimpeira" da Amazônia, na década de 1960 cerca de 10 mil garimpeiros estiveram envolvidos na produção de cassiterita, número bastante expressivo para a época. A corrida foi tão



intensa que só Porto Velho, nos fins de semana, chagava a reunir mais de 5 mil trabalhadores procedentes das zonas de garimpo.

A produção, nesse período, era realizada de forma artesanal. Cada indivíduo ou pequeno grupo bateava nos igarapés e rios de toda bacia do Jamari e Machado, principalmente. Algumas características desse momento na extração: trabalho braçal, baixa remuneração, contudo, fortalecimento do comércio local.

Essa corrida informal da cassiterita não durou muito tempo. Após o golpe de 1964, a garimpagem individual foi proibida (Portaria 195/1970) e as jazidas do minério foram cedidas à exploração de grandes conglomerados nacionais e, principalmente, internacionais.

O período da exploração da cassiterita em Rondônia foi, certamente, o que mais representou a entrega das riquezas para grupos internacionais. Com as riquezas minerais foram, também, as terras entregues. Em especial, a partir do início da década de 1970, essas empresas não somente dominaram a exploração da cassiterita, como se apossaram de largas glebas de terras no Estado. Essas empresas, ou suas subsidiárias, controlam ainda hoje grandes espaços de terra em Rondônia.

O Brasil possui aproximadamente 9% das reservas mundiais de estanho contido em cassiterita, sendo a terceira maior reserva do mundo. É o terceiro maior produtor mundial. Rondônia e Amazonas responderam, respectivamente, com 47% e 50% da produção nacional, conforme dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O principal destino do estanho produzido na região é o Estado de São Paulo.

Impacto Ambiental da Mineração

A mineração de superfície é, em geral, uma atividade que pode provocar degradação ambiental bastante intensa, com forte efeito perturbador na paisagem, pois requer a remoção da vegetação, do solo e das rochas que estejam acima dos depósitos minerais.

O principal impacto ambiental da mineração com relação a Amazônia é o desmatamento. A mineração desmatou 405,36 km² da Amazônia Legal nos últimos cinco anos, segundo dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). A área derrubada equivale a cerca de 40,5 mil campos de futebol. Ao longo de 2019 e 2020, dados disponíveis mais recentes, esse desmatamento causado pela atividade mineradora registrou recordes e avançou sobre áreas de conservação.

Com relação especificamente às chamadas Unidades de Conservação, o desmate por mineração cresceu 80,62% no primeiro trimestre de 2020, em comparação com o mesmo período do ano de 2019. No entanto, as cicatrizes no solo são apenas um dos marcos da devastação por mineração. O garimpo na Amazônia nunca está sozinho: ele abre caminho a outras atividades ilegais



na floresta. Onde aparece garimpo, também ocorre exploração da madeira, invasão, pecuária nas bordas e assim por diante.

Impactos ambientais causados pela mineração da cassiterita: processos erosivos, causados por desmatamento e escavações; degradação da paisagem e alteração do ecossistema local, com redução da floresta e afugentamento dos animais; abertura de estradas, construção de acampamentos e de moradias perto das minas; poluição e assoreamento de rios igarapés pelo despejo de lama de rejeito de mineração; entre outros.

Outros impactos ambientais causados pelo garimpo (de maneira geral): desvio dos rios, desmonte hidráulico (no caso de garimpagem mecânica), aterramento de rios e contaminação do solo, ar e águas através de metais pesados, principalmente o mercúrio (para extração de ouro).

2.4. ATIVIDADES MADEIREIRAS

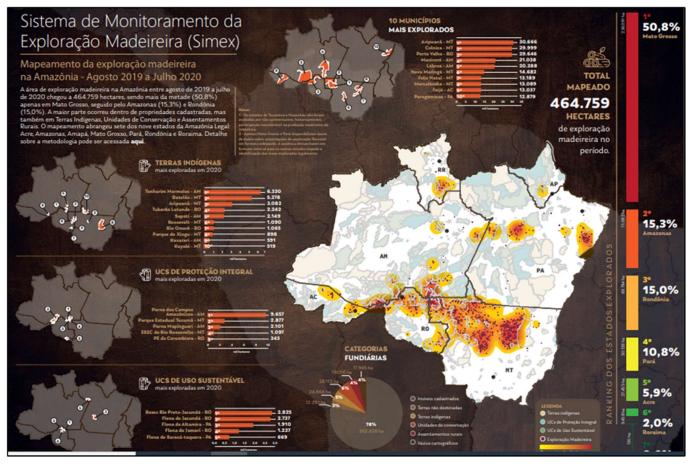
Outra atividade procedente da produção extrativa florestal realizada na região foi a **atividade madeireira**, que respondeu por um longo período pela economia do Estado de Rondônia e, ainda hoje, é o principal produto da economia de algumas regiões do Estado.

Vale recordar das aulas passadas: durante o processo de colonização promovido pelos projetos de assentamento do INCRA, a exploração madeireira era um subproduto do processo da nova ocupação – derrubava-se a floresta para se colocar o gado ou a lavoura. Porém, a atividade evoluiu, criaram-se polos da indústria moveleira, embora predomine a extração do produto com baixo nível de agregação de valor.

Atualmente Rondônia é o terceiro no ranking de estados com maior área utilizada para exploração florestal na Amazônia. Contudo, grande parte dessa exploração é de forma ilegal. Já abordamos várias vezes com relação ao desmatamento com gráficos e mapas, mas é importante saber que as atividades relacionadas a este impacto estão, em certa medida, relacionadas: desmatamento e queimadas -> para exploração de madeira e/ou abertura de pastagens para gado e/ou plantação de soja e/ou mineração -> degradação das áreas deste bioma. Percebe?! Importante saber que as principais produções econômicas também estão relacionadas com o processo de degradação do meio ambiente.

Observe o mapa:







O estudo, baseado em imagens de satélite, também identificou que Porto Velho concentrou 42% da exploração madeireira no estado, ou seja, 29.646. Outras cidades prejudicadas são Machadinho D'Oeste e Candeias do Jamari.

3. Da Criação do Território Federal do Guaporé a Fundação do Estado de Rondônia.

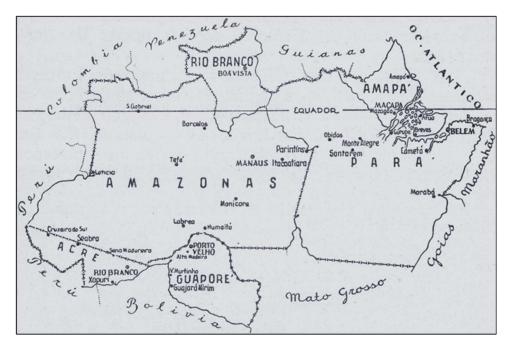
No período republicano, o controle das fronteiras brasileiras, sobretudo norte e sul, sempre foi motivo de preocupação dos principais governos. Durante a República Velha foram realizados vários acordos de limites. Posteriormente, a criação de territórios federais já no Governo de Getúlio Vargas teve como objetivo a segurança das fronteiras em áreas de ocupação rarefeita ou pouco povoadas de regiões distantes do Brasil.

Vargas também pretendia incentivar a ocupação nas terras da Amazônia, desenvolver o comércio e firmar a política nacionalista, base do seu governo. Uma ação que se tornaria possível com a assinatura do Tratado de Washington entre o Brasil e o Estados Unidos, durante a 2ª Guerra Mundial, que daria início a segunda fase do ciclo da borracha propiciando o desenvolvimento econômico e populacional da Amazônia rondoniense.

Em 13 de setembro de 1943, no auge do Segundo Ciclo da Borracha, o **presidente Getúlio Vargas** assinou o **Decreto-Lei 5.812**, criando o **Território Federal do Guaporé**, com áreas desmembradas dos estados de Mato Grosso e Amazonas. Vargas criou também mais quatro territórios: Iguaçu e Ponta-Porã, no Sul e Centro- Oeste e Rio Branco e Amapá, no Norte.



Na realidade, dez anos antes da criação dos territórios, a Sociedade Geográfica havia sido incumbida pelo presidente Getúlio Vargas de viabilizar o estudo para a construção de 10 territórios federais. No entanto, o estudo não incluía o município de Porto Velho, somente Santo Antônio e Guajará-Mirim fariam parte do território.



https://www.historia-brasil.com/mapas/brasil-1944.htm

No entanto, quando da sua criação, o Território Federal do Guaporé, Santo Antônio do Rio Madeira e Guajará –Mirim foram incluídas na sua área territorial. O nome do território se deve ao rio Guaporé, que faz fronteira natural com o país boliviano. Com a sua criação, Porto Velho tornouse a capital do território.

A interferência do militar Aluízio Ferreira, durante este mesmo período, foi fundamental para a concretização do ambicioso projeto de Vargas. Aluízio aproveita a visita de Getúlio Vargas à região, em 1940, e mostra as potencialidades econômicas de Porto Velho e a sua importância na formação do futuro Território. Em diversas oportunidades, Aluízio Ferreira, enfatizou a necessidade de uma nova divisão política do País e descrevia os problemas enfrentados nos municípios em virtude da ausência política administrativa dos governos estaduais que impediam o progresso destas regiões.

Aloizio Ferreira já realizava reuniões políticas e de divulgação para a criação do Guaporé antes da visita de Vargas. Ele também tinha realizado diversas visitas de chefes militares à região e enviou a Getúlio um pedido de desmembramento dos municípios de Guaporé e Guajará- Mirim dos estados do Mato Grosso e Amazonas. O pedido foi reforçado por assinaturas de moradores de Guajará-Mirim recolhidas pelo diretor da Concessionária da Empresa de Navegação do Guaporé, Paulo Cordeiro da Cruz, que destacava o desprezo dos governadores dos dois Estados pelos municípios de Guajará- Mirim, Santo Antônio do Madeira e Porto Velho.

Com sua forte atuação para concretizar a instalação do Território Federal do Guaporé, Aluízio Ferreira se tornaria um dos protagonistas da história da criação de Rondônia. Vargas, inclusive reconheceu os esforços de Aluízio e o nomeou governador do Guaporé, após a criação do Território.



A criação do Território Federal do Guaporé foi um passo fundamental para o desenvolvimento de toda a região, pois com essa decisão a região passa a ter espaço junto ao Governo Federal, e suas reivindicações começariam a serem ouvidas sem atravessadores ou qualquer intermediador.

Em 1956, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, o Território Federal do Guaporé passou-se a denominar Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido Rondon, desbravador da floresta Amazônica e construtor da linha telegráfica Cuiabá- Porto Velho. Permaneceu com a mesma capital.



Ainda não é a criação do Estado de Rondônia, mas sim a mudança do nome do território federal. Até os anos 1970, o atual Estado de Rondônia contava com apenas dois municípios: Porto Velho e Guajará Mirim. Somente após a abertura da BR-364 começaram a ser fundados outros municípios.

Rondônia é um Estado jovem, uma vez que, foi criado como o 23º Estado da Federação, em 1981, ano em que o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do Poder Executivo, pelo qual o território era elevado a Estado da União.

O governo do novo estado, **instalou-se em 4 de janeiro de 1982**, com a posse do coronel Jorge Teixeira de Oliveira, que já governava o território desde 15 de março de 1979. Em 31 de janeiro de 1983 instalou-se a Assembleia Constituinte de Rondônia, que redigiu a primeira carta do novo estado, promulgada em agosto.



4. EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE RONDÔNIA.

Conforme vimos anteriormente, o Território Federal do Guaporé foi criado por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas. A denominação foi uma referência ao rio Guaporé, que divide o Brasil da Bolívia. O território absorveu terras dos estados do Amazonas e do Mato Grosso.

Inicialmente, o território era formado por quatro municípios, dois desmembrados do estado do Amazonas, Lábrea e Porto Velho, que se tornou capital; e do lado de Mato Grosso, Santo Antônio do Alto Madeira e Guajará- Mirim.

Entretanto, havia um problema de comunicação, pois entre Lábrea e Porto Velho não existia rio navegável, nem estrada, obrigando os residentes de Lábrea a dar uma volta de 2.500 quilômetros para chegar até a capital, Porto Velho. Dessa forma, Lábrea logo voltou a pertencer ao estado do Amazonas.

Com os novos limites com o estado vizinho, redefiniram-se, também, os municípios do território, e o antigo município de Santo Antônio, por sua decadência, foi extinto e anexado ao de Porto Velho.

Dessa forma, os municípios de **Porto Velho** e **Guajará-Mirim** existem antes mesmo da instituição do Território Federal do Guaporé. São os municípios mais velhos do estado: Porto Velho foi criado em 1914 e Guajará-Mirim, em 1928. A Ferrovia Madeira—Mamoré liga essas duas cidades, o que incentivou bastante a consolidação política e econômica da região que viria a ser o estado de Rondônia.

Em 1956, Joaquim Vicente Rondon, sobrinho do Marechal Cândido Rondon e segundo governador do Território do Guaporé, propôs à Câmara dos Deputados a mudança do nome do território para Território Federal de Rondônia, como uma homenagem ao Marechal Rondon. O projeto foi aceito e, em 1956, por meio de um decreto presidencial de Juscelino Kubitschek, o Território Federal do Guaporé passou a ser denominado de **Território Federal de Rondônia**.

Na década de 1970, houve um expressivo aumento do fluxo migratório para o Território Federal de Rondônia. Isso fez com que, em 1977, se criassem mais cinco municípios: Ariquemes, Ji-Paraná (ex-vila Rondônia), Vilhena, Pimenta Bueno e Cacoal, todos eles desmembrados de Porto Velho, e no caso de Vilhena, também de parte do município de Guajará-Mirim.

No decorrer de 1979, tomou corpo o projeto de transformar Rondônia em estado, medida que se tornava cada vez mais necessária em vista do agravamento dos problemas do território, em sua maioria em consequência do grande afluxo de imigrantes. O primeiro passo nesse sentido foi a assinatura, em janeiro de 1980, de um convênio entre os ministérios do Interior e da Fazenda, pelo



qual Rondônia passava a arrecadar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e o Imposto Único sobre Minerais (IUM).

Em dezembro de 1981, o Congresso Nacional aprovou o projeto ordinário do poder executivo pelo qual o território de Rondônia era elevado a estado da União. O governo do novo estado, o 23º da federação brasileira, instalou-se em 4 de janeiro de 1982, com a posse do coronel Jorge Teixeira de Oliveira, que já governava o território desde 15 de março de 1979. Em 31 de janeiro de 1983, instalou-se a Assembleia Constituinte de Rondônia, que redigiu a primeira carta do novo estado, promulgada em agosto.



Alguns meses antes da elevação de território para estado, muitos municípios novos foram criados. Foram ocorrendo, desde então, sucessivas desmembrações dos sete municípios existentes, motivadas por fatores políticos, econômicos e geográficos, até Rondônia chegar à marca atual de 52 municípios.

Em julho de 1981, foram criados os municípios de Colorado do Oeste (desmembrado de Vilhena), Espigão do Oeste (desmembrado de Pimenta Bueno), Presidente Médici e Ouro Preto do Oeste, ambos desmembrados de Ji-Paraná, Jaru (desmembrado de Ji-Paraná e Ariquemes) e Costa Marques, no Vale do Guaporé (desmembrado de Guajará-Mirim).

Em 1983, foram criados Cerejeiras e Rolim de Moura, desmembrados de Colorado do Oeste e Cacoal. Em 1986, mais três municípios foram criados: Santa Luzia do Oeste (desmembrado de Rolim de Moura e Pimenta Bueno), Alvorada do Oeste (desmembrado de Presidente Médici) e Alta Floresta (desmembrado de Costa Marques).

Em 1987, criou-se o município de Nova Brasilândia do Oeste, desmembrado de Presidente Médici. Em 1988, foram criados os municípios de Machadinho do Oeste (desmembrado de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná), São Miguel do Guaporé (desmembrado de Costa Marques), Cabixi (desmembrado de Colorado do Oeste) e Nova Mamoré (desmembrado de Guajará-Mirim).

Em 1992, foram criados Monte Negro (desmembrado de Ariquemes), Governador Jorge Teixeira (desmembrado de Jaru), Jamari (desmembrado de Ariquemes), Itapuã (desmembrado de Porto Velho), Urupá (desmembrado de Ouro Preto do Oeste e Alvorada do Oeste), Mirante da Serra (desmembrado de Ouro Preto do Oeste), Ministro Andreazza (desmembrado de Cacoal), Theobroma (desmembrado de Jaru), Alto Paraíso (desmembrado de Ariquemes e Porto Velho), Rio Crespo (desmembrado de Ariquemes e Machadinho do Oeste), Campo Novo de Rondônia (desmembrado de Porto Velho), Corumbiara (desmembrado de Vilhena e Colorado do Oeste), Seringueiras



(desmembrado de São Miguel do Guaporé e Costa Marques), Candeias do Jamari (desmembrado de Porto Velho), Cacaulândia (desmembrado de Ariquemes), Novo Horizonte do Oeste (desmembrado de Rolim de Moura), Vale do Paraíso (desmembrado de Ouro Preto do Oeste) e Castanheira (desmembrado de Rolim de Moura).

Dois anos depois, em 1994, foram criados mais oito municípios: Nova União (desmembrado de Ouro Preto do Oeste), São Felipe do Oeste (desmembrado de Pimenta Bueno e Santa Luzia do Oeste), Cujubim (desmembrado de Rio Crespo e Jamari), Primavera de Rondônia (desmembrado de Pimenta Bueno), Alto Alegre dos Parecis (desmembrado de Alta Floresta do Oeste e Cerejeiras), Teixeirópolis (desmembrado de Ouro Preto do Oeste), Vale do Anari (desmembrado de Machadinho do Oeste) e Parecis (desmembrado de Pimenta Bueno).

Os últimos municípios criados em Rondônia, em 1995, foram Chupinguaia (desmembrado de Vilhena e Pimenta Bueno), São Francisco do Guaporé (desmembrado de Costa Marques e Seringueiras), Pimenteiras do Oeste (desmembrado de Cerejeiras e Cabixi), e Buritis (desmembrado de Porto Velho e Campo Novo de Rondônia).

5. QUESTIONÁRIO



QUESTIONÁRIO - SOMENTE PERGUNTA

- 1) O desmatamento é o mais grave problema ambiental da Amazônia. Essa degradação se deve a vários fatores. Quais são eles?
- 2)) A BR 364 é a rodovia mais importante da Amazônia Ocidental. Explique seu papel para a consolidação da região de Rondônia.
- 3) Muitos dizem que a Amazônia é, hoje, a grande fronteira do capital natural no mundo. Analise esta frase a partir da ótica geopolítica.
- 4) Sabemos que a inserção da extração do látex se deu de maneira muito rápida na Amazônia nos vales do rio Madeira e Guaporé-Mamoré em seu primeiro ciclo. Qual foi o principal fator determinante para esse processo?
- 5) Qual foi a principal origem da mão de obra nos seringais? Explique os motivos deste deslocamento populacional.
- 6) Após o declínio de exploração da borracha pós Segunda Guerra Mundial, os seringueiros tiveram um outro papel na produção da região amazônica. Explique este contexto amazônico pós segundo ciclo da borracha.
- 7) A cassiterita teve um papel fundamental na produção do espaço rondoniense, levando muitas pessoas migrarem para a região das minas. Contudo, deixaram e ainda deixam muitos impactos ambientais. Quais são os principais impactos desta produção no estado?
- 8) Explique o que foi o Tratado de Petrópolis e qual a sua importância para a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré.
- 9) Explique qual é a relação entre a construção da Ferrovia Madeira Mamoré com o surgimento de Porto Velho em Rondônia

QUESTIONÁRIO - PERGUNTA E RESPOSTA

1) O desmatamento é o mais grave problema ambiental da Amazônia. Essa degradação se deve a vários fatores. Quais são eles?

R: Principal problema ambiental é o desmatamento, causado sobretudo pela expansão da fronteira agrícola causada principalmente para aumento de áreas de pastagens bovina e produção de soja, extração indiscriminada de madeira, aumento de número de garimpos ilegais e outros projetos econômicos. Estima-se que já tenham sido derrubados em torno de 20% da mata original da Floresta Amazônica. Nos últimos anos o desmatamento tem aumentado, batendo recordes anuais.

2) A BR 364 é a rodovia mais importante da Amazônia Ocidental. Explique seu papel para a consolidação da região de Rondônia.

R: É muito importante para toda a região Norte, pois faz a ligação da região com o Centro-Sul do país, permitindo o escoamento da produção das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Além disso, foi muito importante no processo de ocupação e formação territorial de Rondônia e da Amazônia Ocidental. Antes da construção da BR- 364, só se chegava a Porto Velho de ferrovia pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré a partir de Guajará-Mirim, de balsa a partir de Manaus ou de avião. O transporte rodoviário era inexistente. A sua construção facilitou muito a migração, que foi a base de boa parte da ocupação da região, posto que grande parte da população rondoniense não é originária do estado.

3) Muitos dizem que a Amazônia é, hoje, a grande fronteira do capital natural no mundo. Analise esta frase a partir da ótica geopolítica.

R: A região amazônica é muito importante e muito visada mundo afora, sobretudo pela grande quantidade e diversidade de recursos naturais presentes, como minérios, reservas de água e outros produtos da floresta. Durante a segunda metade do século passado, ganhou corpo o projeto de integrar essa região com o resto do país como forma de protege-la e também desenvolvê-la. Para isso, diversas ações governamentais foram necessárias, e como consequência, a região amazônica, sobretudo as capitais, como Manaus, se urbanizaram rapidamente, desencadeando muitos problemas como a favelização, aglomerações populacionais, problemas ambientais, etc. Atualmente, se fala muito no projeto de desenvolvimento sustentável na região, como o extrativismo não-predatório, mantendo o estilo de vida das populações tradicionais.

4) Sabemos que a inserção da extração do látex se deu de maneira muito rápida na Amazônia nos vales do rio Madeira e Guaporé-Mamoré em seu primeiro ciclo. Qual foi o principal fator determinante para esse processo?



R: A borracha já era utilizada nas aldeias indígenas antes da ocupação europeia e, desde o século XVI, já compunha o conjunto das chamadas Drogas do Sertão. A população cabocla que trabalhava na agricultura, inicialmente, trabalhou na extração da borracha — eram os seringueiros caboclos, que também coletavam óleo de copaíba, castanha e cacau. Nesse período, a coleta da borracha era parte de uma produção de subsistência. Dessa forma, o vale amazônico, de forma geral, e os vales do rio Madeira e Guaporé-Mamoré, atualmente território rondoniense, foram sendo inseridos, de forma rápida, nesse processo econômico. Um vertiginoso aumento na produção ocorre em poucas décadas, principalmente, em razão da chegada da mão de obra nordestina tornando-se fundamental para esse aumento na produtividade.

5) Qual foi a principal origem da mão de obra nos seringais? Explique os motivos deste deslocamento populacional.

R: A mão-de-obra utilizada para a extração do látex nos seringais era feita com a contratação de trabalhadores vindos, principalmente, da região nordeste. Durante a Segunda Guerra Mundial, esses trabalhadores eram chamados de "Soldados da Borracha", A "convocação" dos "soldados da borracha" se deu no governo Vargas — era alavancada por promessas de prosperidade na região Norte. No entanto, em vez do eldorado, os nordestinos encontraram o inferno: enfrentaram o trabalho escravo, duras jornadas e péssimas condições de moradia. A diferença entre essas duas correntes de migrantes era flagrante, a primeira se constituía na sua maioria de cearenses que se deslocavam do interior assolados pelas grandes secas (como as de 1877 e 1878). A partir de 1943 até 1945, provinha dos centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muito deles desempregados ou sem profissão definida.

6) Após o declínio de exploração da borracha pós Segunda Guerra Mundial, os seringueiros tiveram um outro papel na produção da região amazônica. Explique este contexto amazônico pós segundo ciclo da borracha.

R: Com o declínio da exploração da borracha, os seringueiros migram para a extração de outros produtos. A castanha e os minérios, sobretudo, a cassiterita e o ouro passam a ter importância no Estado de Rondônia, criando-se uma ova organização produtiva. Muitos seringueiros, com o fim da batalha da borracha, foram incluídos nos projetos das Colônias Agrícolas. A falta de apoio do Estado para a estruturação das colônias foi o principal objetivo de seu perecimento.

7) A cassiterita teve um papel fundamental na produção do espaço rondoniense, levando muitas pessoas migrarem para a região das minas. Contudo, deixaram e ainda deixam muitos impactos ambientais. Quais são os principais impactos desta produção no estado?

R: O principal impacto ambiental da mineração com relação a Amazônia é o desmatamento. A mineração desmatou 405,36 km² da Amazônia Legal nos últimos cinco anos (2015-2020). No entanto, as cicatrizes no solo são apenas um dos marcos da devastação por mineração. O



garimpo na Amazônia nunca está sozinho: ele abre caminho a outras atividades ilegais na floresta. Onde aparece garimpo, também ocorre exploração da madeira, invasão, pecuária nas bordas e assim por diante. Outros impactos ambientais causados pelo garimpo (de maneira geral): desvio dos rios, desmonte hidráulico (no caso de garimpagem mecânica), aterramento de rios e contaminação do solo, ar e águas através de metais pesados, principalmente o mercúrio (para extração de ouro).

8) Explique o que foi o Tratado de Petrópolis e qual a sua importância para a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré.

R: Na solução da questão da disputa com a Bolívia pelo território que hoje corresponde ao estado do Acre, através do Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, o governo brasileiro comprometeu-se a construir a ferrovia, para posterior transporte da produção exploratória da borracha, ligando o porto de Santo Antônio, localizado no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no rio Mamoré.

9) Explique qual é a relação entre a construção da Ferrovia Madeira Mamoré com o surgimento de Porto Velho em Rondônia.

R: Apesar do Tratado de Petrópolis (1903) ter determinado como ponto inicial da obra, Santo Antônio das Cachoeiras, a empresa May Jekill and Randolph se instalou sete quilômetros abaixo dessa localidade, em 1907. Isso repercutiu no início do abandono Santo Antônio das Cachoeiras. A empresa se instalou em Porto Velho dos Militares, uma antiga vila fundada pelo jesuíta João Sampaio. A alteração para Porto Velho foi solicitada por Joaquim Catramby ao então Ministro de Indústria, Viação e Obras públicas, Miguel Calmon. A preferência por essa localidade foi aprovada em 1908. Dessa forma, o desenvolvimento de Porto Velho está associado ao início das obras da Ferrovia, desde 1908. Outras localidades também tiveram origem a partir desse empreendimento, o qual impulsionou também outras que estavam abandonadas. São exemplos, além de Porto Velho: Jaci Paraná, Vila Murtinho e Guajará Mirim.

6. Exercícios



01. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RO - Escrivão de Polícia) - BR-364 e seus impactos socioambientais

A abertura da rodovia BR 364, em 1961, foi um marco na evolução político-administrativa e econômica de Rondônia.

Acerca dos impactos gerados por essa rodovia, assinale a opção correta.

a) A BR 364, em cujo percurso se encontram as principais áreas produtivas e cidades do estado, foi a porta de entrada de migrantes para a colonização agropecuária de Rondônia, a partir dos anos 60 e 80.



- b) O transporte rodoviário enfrenta problemas para o escoamento da produção e tráfego de passageiros, sendo a rede fluvial ainda intensamente utilizada em Rondônia, principalmente com o estado do Mato Grosso.
- c) A rede rodoviária integrou o conjunto de ações que o governo brasileiro se comprometeu com a Bolívia no Tratado de Petrópolis, que pôs fim a disputa pelo Acre.
- d) O transporte rodoviário é utilizado para a comunicação de Rondônia com o estado do Amazonas, a partir da BR 364 Manaus-Porto Velho.
- e) A BR 364 era um dos ramais da Transamazônica, rodovia federal que integrou o sul da Amazônia entre Rondônia e o Maranhão.

Comentário: A construção da BR-364 foi um importante vetor de ocupação não só para o estado de Rondônia, mas de toda a Amazônia Ocidental, além de rota de escoamento da produção agrícola na região Centro-Oeste para os rios amazônicos. B) Incorreto. Atualmente, a principal rota entre os estados de Rondônia e Mato Grosso é a rodovia citada. C) Incorreto. O Tratado de Petrópolis foi assinado no começo do século XX e previa a construção da ferrovia Madeira Mamoré. D) Incorreto. A rodovia BR-364 é rota Cuiabá-Porto Velho. E) A rodovia BR-230 (transversal conhecida como Transamazônica) tem como ponto os extremos do estado da Paraíba e o estado do Amazonas, não passando pelo território do estado de Rondônia.

Gabarito: A

02. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RO - Escrivão de Polícia) - Ciclo da Borracha e as Relações de Trabalho-Barração

O seringal compõe-se, basicamente, do barracão, local de residência do seringalista, do armazém e do depósito de borracha, castanha etc.

Mauro Cherobim. Trabalho e comércio nos seringais da Amazônicos. In: Revista Perspectivas, São Paulo, 1983 (com adaptações).

Considerando o texto apresentado, assinale a opção correta, acerca das relações de trabalho e da mão de obra nos seringais do Alto Madeira.

- a) Os ramais são vias abertas em meio à mata por onde os veículos retiram madeira, castanha e látex.
- b) O barração, análogo à casa grande, é o local de residência tanto do dono ou gerente do seringal quanto dos seringueiros.
- c) As relações de trabalho nos seringais do Alto Madeira eram pautadas por intensa exploração da mão de obra, sem quaisquer vínculos empregatícios entre seringueiros e seringalistas.
- d) O armazém é o local de reunião dos seringueiros, utilizado para diversos fins, como cerimônias religiosas, reuniões políticas, festas e lazer.



e) Os seringais sempre foram constituídos por uma extensa área dividida em sesmarias de uso coletivo dos seringueiros e de suas famílias, sendo, portanto, áreas rurais organizadas no modelo cooperativo.

Comentário: Conforme o próprio autor trazido pela questão, não existe vínculo empregatício entre os seringueiros e seringalistas, designados como freguês e patrão. Os vínculos são de locatário e locador. Além da dependência dos seringueiros da compra de mercadorias oferecidas pelos seringalistas, ficando com dívidas bem altas que eram difíceis de ser quitadas. A) Incorreto. As bocas, ou estradas de seringa, era uma "picada" (caminho) que liga as seringueiras de onde se extrai o látex. B) Incorreto. Barracão era o local de residência dos seringalistas. D) Incorreto. O armazenamento era feiro no barracão. Não existia um local com o nome de armazém dentro da espacialização dos seringais. E) Incorreto. As divisões dos seringais são chamadas de colocações.

Gabarito: C

03. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RO - Escrivão de Polícia) - Ciclo da Borracha e as Relações de Trabalho

No Brasil, por volta dos anos de 1860, as áreas iniciais de produção de borracha encontravamse esgotadas pela exploração predatória. Intensificou-se, então, a migração em busca dos seringais nativos do Madeira, porém essa ocupação não passou, com sucesso, até o último quartel do século, do ponto médio daquele rio.

Marco Teixeira e Dante Fonseca. História Regional: Rondônia. Porto velho: Rondoniana, 1998 (com adaptações).

Considerando o texto apresentado, assinale a opção correta, a respeito da mão de obra dos seringais do Alto Madeira.

- a) A expansão dos seringais em Rondônia exigiu a importação de mão de obra de outras regiões brasileiras, como o Nordeste e o Sudeste, devido ao fato de tais trabalhadores estarem acostumados ao trabalho disciplinado, fundado nas relações capitalistas mediadas pelo salário.
- b) A expansão dos seringais, na segunda metade do século XIX, baseou-se em um sistema capitalista com trabalhadores livres, uma vez que não havia mais relações escravistas de produção no Brasil.
- c) O trabalho intenso e extenuante, as relações de dependência e o isolamento fizeram com que os seringueiros abandonassem os cultivos de subsistência, aumentando, assim, suas dívidas com os donos dos seringais, o que resultou em um processo de intensa exploração da mão de obra.
- d) As relações entre as áreas de seringais do Acre e de Rondônia com a vizinha Bolívia sempre foram conflituosas, razão pela qual os donos dos seringais preferiam o trabalhador brasileiro ao trabalhador boliviano ou aos indígenas locais.



e) O mercado de trabalho dos seringais em Rondônia impulsionou um ciclo de desenvolvimento no antigo território, com a criação de cidades, portos, ferrovias e, posteriormente, com o desenvolvimento da indústria de transformação local.

Comentário: O aumento da demanda externa da borracha faz com que a jornada de trabalho se intensificasse, fazendo com que os seringueiros aumentassem as horas trabalhadas a fim de manter os interesses dos seringalistas. Esse aumento de trabalho fez com que abandonassem a agricultura de subsistência e comprassem os produtos fornecidos por estes, aumentando sua dívida. A) Incorreto, além da exploração de mão de obra indígena no primeiro momento, os seringais contavam com a migração de nordestinos. B) Incorreto. Devido a ineficiência do Estado em fiscalizar, havia no período a escravização de indígenas para a exploração da borracha no Alto Madeira. D) Incorreto. A indefinição dos territórios na região deve ser vista como um dos fatores de conflitos entre os envolvidos. Tanto que o Tratado de Ayacucho faz menção a isso. Outro ponto é que na região do Alto Madeira existiam seringais bolivianos com mão de obra boliviana. E) Incorreto. O ciclo desenvolvimentista do Estado consolida com os projetos dos Planos de Integração Nacional.

Gabarito: C

04. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RO - Agente de Polícia) - A Evolução Político-Administrativa de RO

EVOLUÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÓNIA - 1976 TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÓNIA - 1977 ESTADO DE RONDÓNIA - 1992 ESTADO DE RONDÓNIA - 2092

Internet: <sempog.portovelho.ro.gov.br> (com adaptações).



O conjunto de cartogramas apresentado retrata a evolução político administrativa do município de Porto Velho e do estado de Rondônia, desde o período em que o estado era território federal (1976) até o início do século XXI (2002).

Acerca da evolução político administrativa do estado de Rondônia, assinale a opção correta.

- a) A rede urbana de Rondônia em grande parte deriva de núcleos de povoamento criados, nos séculos XIX e XX, a partir das missões militares coordenadas pelo Marechal Rondon.
- b) O nome Rondônia foi dado em homenagem ao Marechal Rondon, a partir da criação do estado em 1956.
- c) A transformação do território federal em estado, em conjunto com diversas políticas de ocupação, possibilitou, a partir da segunda metade do século XX, a criação de diversos novos municípios.
- d) A construção da rodovia BR-364, popularmente chamada Cuiabá-Santarém, seguiu o traçado da expedição do Marechal Rondon e foi o eixo de criação de diversos municípios em Rondônia.
- e) As terras férteis e a extensa rede hidrográfica permitiram a colonização agrícola de Rondônia e a criação de diversos municípios a partir do governo Juscelino Kubistchek (1956-1960).

Comentário: Observamos que a partir da década de 1970, justamente com a criação de diversos programas do PIN, bem como da SUDAM, faz com que o desenvolvimento do território do estado de Rondônia se transformasse, principalmente com a construção da BR-364, cortando o estado e produzindo a ocupação em sua radial. A) Incorreto. A rede urbana de Rondônia é composta, basicamente, pelos núcleos demográficos ao longo da BR-364. B) Incorreto. Em 1956 foi alterado o nome do Território Federal de Guaporé para Território Federal de Rondônia. D) Incorreto. Cuiabá-Porto Velho. A Cuiabá-Santarém é a BR-163. E) Incorreto. Inicialmente o Território Federal de Rondônia contava apenas com quatro municípios: Lábrea e Porto Velho, desmembrados do Amazonas; Santo Antônio do Alto Madeira e Guajará- Mirim, desmembrados de Mato Grosso.

Gabarito: C

05. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RO - Delegado de Polícia) - O Território Federal do Guaporé

No governo Getúlio Vargas, foi criado oficialmente um território com terras desmembradas do Mato Grosso e do Amazonas; era originalmente composto por quatro municípios e, após reorganização territorial, passou a ter dois municípios. Esse território, quando foi criado, chamava-se

- a) Território Federal de Rondônia.
- b) Território-capital de Porto Velho.
- c) Território Estadual de Guajará-Mirim.
- d) Território Federal do Guaporé.
- e) Território Municipal de Santo Antônio.

Comentário: O primeiro nome do território criado por Vargas chamava Território Federal do Guaporé, a denominação foi uma referência ao rio Guaporé, que divide o Brasil da Bolívia. A saber os



quatro municípios: Lábrea e Porto Velho, desmembrados do Amazonas; Santo Antônio do Alto Madeira e Guajará- Mirim, desmembrados de Mato Grosso. A) Incorreto. O Território Federal de Rondônia foi a alteração feita por JK em 1956. B) C) e E) Incorretos. Não existem esses nomes na historiografia do estado e ainda, os Territórios criados foram dominações Federais.

Gabarito: D

06. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RO - Técnico em Necropsia) - Projeto Calha Norte

A exploração e a colonização do oeste da Amazônia foram, em grande medida, facilitadas pelo projeto Calha Norte, o qual

- a) tinha como objeto a criação de unidades de conservação federais para proteção integral de extensas coberturas de floresta, principalmente no estado de Rondônia.
- b) é uma política de uso sustentável das bacias hidrográficas na Amazônia ocidental, principalmente nos rios Madeira Mamoré, Juruá, Purus e Solimões.
- c) tinha como objeto a criação da rodovia Perimetral Norte, que interliga os estados de Rondônia e Acre ao Mato Grosso e ao centro-sul do Brasil.
- d) é uma política nacional de combate ao tráfico internacional de drogas a partir da criação de delegacias da Polícia Federal em municípios de fronteira internacional.
- e) é um programa de desenvolvimento civil e militar das fronteiras internacionais da região Norte, com a instalação de bases militares e controle do território.

Comentário: Criado em 1985 e integrado ao Ministério da Defesa desde 1999, tem como objetivo principal contribuir com a manutenção da soberania na Amazônia e contribuir com a promoção do seu desenvolvimento ordenado. A) Incorreto. A criação de UC é competência do SNUC, bem como os órgãos competentes do meio ambiente. B) Incorreto. Não é uma política de uso sustentável e sim projeto de defesa e soberania nacional nas fronteiras do país, em especial, bem como a proteção da população local. C) Incorreto. A BR-210, também conhecida como Perimetral Norte, é uma rodovia federal transversal brasileira projetada para atender aos Estados de Amazonas, Pará, Amapá e Roraima. D) Incorreto. O Programa Calha Norte prevê, em suas ações, a implantação de unidades militares na sua área de atuação, coordenado pelas Forças Armadas.

Gabarito: E

07. CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - Procurador do Estado - A Criação do Estado de Rondônia

No ano da sua criação, o estado de Rondônia era constituído por 13 municípios — Porto Velho (capital), Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Costa Marques, Espigão D'Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Pimenta Bueno e Vilhena. Esses municípios já existiam desde quando havia o território federal.

Internet: https://g1.globo.com (com adaptações).

Com relação à criação do estado de Rondônia, assinale a opção correta



TJ-RO - História e Geografia de Rondônia www.estrategiaconcursos.com.br

- A) No Estado Novo varguista, foi criado o Território Federal do Guaporé, estruturado durante o regime militar e elevado à categoria de estado de Rondônia no início da década de 80 do século passado.
- B) O Território Federal do Guaporé foi criado na década de 30 do século passado, sob o governo do coronel Jorge Teixeira de Oliveira, com a primeira sede do Poder Executivo no Palácio Getúlio Vargas.
- C) Rondônia deixou de ser território federal com a promulgação da Constituição Federal de 1969, quando as terras do Guaporé deixaram de existir por terem recebido a titulação estatal.
- D) O projeto de lei complementar relativo à criação do estado de Rondônia foi aprovado no governo Costa e Silva, período em que os militares estavam no poder
- E) O nome Rondônia foi dado ao estado em homenagem ao Marechal Cândido Rondon, na atmosfera da redemocratização do Brasil.

Comentário: A criação do Território Federal de Guaporé se deu em 1943, durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945), bem como a criação do estado de Rondônia na década de 1981, sendo um dos estados mais recentes na criação. B) Incorreto. Como citado, foi criado em 1943 por Getúlio Vargas. Além disso, o coronel Jorge Teixeira de Oliveira governada o estado de Rondônia no ano de sua criação em 1981. C) Incorreto. Deixou de ser território federal com a elevação à estado, em 1981. D) Incorreto. Criação do estado = 1981. Governo Costa e Silva = 1967-1969. E) Incorreto. Foi dado em homenagem pelo então presidente JK, em 1956.

Gabarito: A

08. CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - Procurador do Estado - A Exploração da Cassiterita

Ao se alastrar a notícia do minério pela região do Amazonas e do Mato Grosso e ao se dar continuidade aos trabalhos de abertura da BR-29, uma onda de garimpeiros invadiu Rondônia, e a produção teve um grande aumento. O governo, por meio do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) em Rondônia, fez o levantamento da área e criou a Província Estanífera de Rondônia, tão grande era o seu potencial.

Valdir Aparecido de Souza. Rondônia, uma memória em disputa. Tese (Doutorado), Faculdade de Ciências e Letras de Assis — UNESP — Universidade Estadual Paulista, 2011, p. 16 (com adaptações).

- O fragmento de texto anterior aborda um contexto que coincide com o período
- A) do auge do ciclo da borracha no século XIX, quando a expansão da colonização propiciou o achado de riquezas minerais nas terras rondonienses.
- B) da maior exploração da cassiterita, que, por se encontrar na superfície, demandava pouco investimento para a extração em terras particulares.
- C) da busca pelo ouro na região rondoniense, logo após a descoberta de jazidas na região de Minas Gerais, com a cidade de Vila Rica como centralidade.



- D) da exploração de jazidas de diamante no vale do rio Ji-Paraná, que sustentou a economia rondoniense desde os primórdios da ocupação.
- E) do ápice da produção agropecuária, que tinha na mineração seu principal esteio econômico e meio de difusão da estrutura ruralista estatal.

Comentário: Os aluviões estaníferos de Rondônia foram responsáveis pela primeira "corrida garimpeira" da Amazônia. A produção, nesse período, era realizada de forma artesanal. Cada indivíduo ou pequeno grupo bateava nos igarapés e rios de toda bacia do Jamari e Machado, principalmente. A) Incorreto. O próprio texto aborda a questão da mineração, e não do extrativismo, como é o caso da borracha. C) Incorreto. A mineração em Rondônia se dá a partir da segunda metade do século XX, diferente da mineração em Minas Gerias, que remota aos séculos XVII. D) Incorreto. A mineração se dá a partir de 1950 e tem sua decadência logo depois de algumas décadas. Além disso, a base econômica do estado foi, por muito tempo a borracha. E) Incorreto. A agropecuária ganha espaço recentemente, com atual expansão da fronteira agrícola no estado.

Gabarito: B

09. FGV - TJ-RO – Oficial de Justiça / 2021)

O futuro da Amazônia nas próximas décadas será contado pelo Brasil, pois ele abriga dois terços da Floresta Amazônica. A preservação de sua biodiversidade é uma ação que tem repercussões socioeconômicas em âmbito nacional e também global.

Assinale afirmativa que descreve corretamente o impacto de uma política de proteção ambiental e de gestão sustentável da Amazônia:

- A) A conservação da cobertura vegetal, de relevância global pelo seu impacto na questão climática, depende da substituição do carvão vegetal pelo mineral, como fonte de combustível não poluente;
- B) manter a floresta em pé é uma condição para que se atinja as metas do Acordo de Paris (acordo do clima), que tem como principal objetivo reduzir as emissões de gases do efeito estufa para limitar o aumento médio de temperatura global;
- C) O Brasil pode despontar como potência ambiental regional, ao exercer um controle na regulação do ciclo hídricos das bacias Amazônica e do Prata, estabilizando os regimes de chuvas;
- D) para os que vivem na Amazônia Legal, manter a floresta em pé significa perder oportunidades de gerar riqueza para o mercado interno e externo e melhorar a sua qualidade de vida;
- E) A conservação ambiental da Amazônia depende do incentivo à atividades regenerativas e de baixo carbono, como as ligadas à agropecuária e a exportação de cacau, pimenta do reino, açaí, frutas tropicais e peixes nativos, entre outros.

Comentário: O grande desafio é o desenvolvimento econômico e social com a manutenção da floresta em pé. Estudos sobre o clima têm mostrado que a Amazônia possui grande importância para a estabilidade ambiental do planeta pelas altíssimas quantidades de carbono fixadas na massa



vegetal e pela altíssima quantidade de carbono sequestrada anualmente da atmosfera. [A] carvão mineral é uma das principais fontes de poluição. [C] o Brasil é uma potência ambiental mundial e o regime de chuva é fruto justamente do ciclo hidrológico. [D] há possibilidades de viver com a floresta em pé, de maneira sustentável (ex.: agrofloresta em reservas extrativistas). [E] a agropecuária é a principal causa de desmatamento na Amazônia (produção de soja e criação de gado).

Gabarito: B

10. (FGV - TJ-RO - Técnico Judiciário / 2021)

Relacione as frentes de atuação na proteção da Floresta Amazônica listadas a seguir com suas respectivas descrições.

- 1. Controle do desmatamento
- 2. Causas da degradação florestal
- 3. Sistemas de preservação da vegetação natural
- () apoiar os programas de monitoramento por satélite e de fiscalização ambiental que possibilitam a observação e a detecção de alterações da cobertura florestal "em tempo real".
- () efetuar uma governança ambiental condizente com sanções e punições eficazes na dissuasão de práticas ilícitas, além de promover um modelo de desenvolvimento sustentável regional.
- () entender o papel que esse fenômeno desempenha no processo de perda de vegetação nativa, quais são os seus principais determinantes, e como ele responde a política pública, potencializando as ações de conservação na Amazônia.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 2, 3 e 1.
- C) 3, 1 e 2.
- D) 1, 3 e 2.
- E) 3, 2 e 1.

Comentário

Vamos pela ordem das afirmativas:

- I Está relacionada ao número 3 (monitoramento). Sistema de preservação da vegetação natural por meio de satélites. Usados para coleta, processamento, análise e oferta de dados geográficos, esses recursos tecnológicos têm sido empregados para o monitoramento dos biomas no país.
- II Está relacionada ao número 1. O controle do desmatamento também se dá por meio de ações de punição efetivas (que deveria ser) para coibir práticas ilícitas ao meio ambiente.



III Está relacionada ao número 2. Entender os principais fatores que causam a degradação florestal é essencial para elaboração de políticas públicas eficazes no combate ao desmatamento, bem como aos demais processos de impacto ambiental.

Logo, temos a seguinte sequência: 3, 1, 2.

Gabarito: C

11. (FGV - TJ-RO – Técnico Judiciário / 2021)

No Brasil, para se referir ao ambiente amazônico, usam-se duas referências geográficas - bioma Amazônia e Amazônia Legal - e uma geopolítica - Pan-Amazônia.

A respeito das diversas classificações do ambiente amazônico, é correto afirmar que:

- A) O bioma Amazônia é composto por vários tipos de floresta tropical úmida, extensa rede hidrográfica e enorme biodiversidade;
- B) A Amazônia Legal é uma região da América do Sul que corresponde a área de influência da bacia do rio Amazonas e é caracterizada pela presença de florestas tropicais;
- C) O bioma Amazônia tem predomínio de formações arbustivas e campos nativos, além de matas ciliares, matas de encosta e matas de pau-ferro;
- D) A Amazônia Legal abrange todos os estados da região Norte e é definida como um conjunto de ecorregiões, com fauna, flora, dinâmica e processos ecológicos similares;
- E) A Pan-Amazônia representa mais da metade do território nacional e abrange os estados do Acre, Amazonas, Amapá, para, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão.

Comentário: Também podemos nos referir à Amazônia como Amazônia Legal, como Bioma Amazônia, como Bacia Hidrográfica do rio Amazonas. Tudo depende do recorte de análise e interesse do estudo. A divisão político-econômica Amazônia Legal, tendo como referência o rio Amazonas e a floresta tropical. [A] A Amazônia é formada por distintos ecossistemas como florestas densas de terra firme, florestas estacionais, florestas de igapó, campos alagados, várzeas, savanas, refúgios montanhosos e formações pioneiras. [C] predomínio de vegetação densa e de grande porte. [D] abrange também os estados de Mato Grosso (Centro-Oeste) e Maranhão (Nordeste). [E] A Pan-Amazônia envolve os países que têm a floresta amazônica em seu território. Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas e o Suriname, além do Brasil.

Gabarito: B

12. (. (FGV - TJ-RO – Oficial de Justiça / 2021)

Em 2019, três meses após o desastre em Brumadinho (Minas Gerais), ocorreu o rompimento de duas barragens decantação em uma área de extração de Cassiterita na cidade de Machadinho d'Oeste, no Vale do Jamari, em Rondônia. A Cassiterita é o principal minério do estanho, elemento químico usado em ligas metálicas pela indústria.



São impactos sócio ambientais decorrentes da exploração de Cassiterita em Rondônia, exceto:

- A) processos erosivos, causados por desmatamento e escavações;
- B) alteração geológica, pela abertura de lavras subterrâneas, dada a profundidade dos depósitos;
- C) degradação da paisagem e alteração do ecossistema local, com redução da floresta e afugentamento dos animais;
- D) abertura de estradas, construção de acampamentos e de moradias perto das minas;
- E) poluição e assoreamento de rios igarapés pelo despejo de lama de rejeito de mineração.

Comentário: O processo de mineração da cassiterita é feito por mineração de superfície. [A] [C] [D] [E] A mineração de superfície é, em geral, uma atividade que pode provocar degradação ambiental bastante intensa, com forte efeito perturbador na paisagem, pois requer a remoção da vegetação, do solo e das rochas que estejam acima dos depósitos minerais. Uma ocupação em larga escala, descontrolada e indiscriminada em áreas de floresta, como a Amazônica pode causar consequências ecológicas definitivas, como destruição de bancos genéticos, degradação dos solos, alterações climáticas e dos ciclos hidrológicos, dentre outras.

Gabarito: B

13. (FGV - TJ-RO – Técnico Judiciário / 2021)

São episódios relacionados ao desenvolvimento da economia Rondoniense:

- A) A criação da cidade de Porto Velho e Guarajá-Mirim, ligada à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e ao escoamento dos produtos bolivianos;
- B) O recrutamento de grandes levas de migrantes, principalmente da região centro-oeste, para trabalhar nos seringais, no contexto da Segunda Guerra Mundial.
- C) abertura de rodovias, como a BR-230, conhecida como Rodovia Transamazônica, realizada pelo governo de Juscelino Kubitschek, para ligar Cuiabá a Porto Velho;
- D) A ligação telegráfica de Mato Grosso ao extremo Oeste Amazônico, subsidiada pelo Estado Novo, para integrar as comunidades indígenas e ribeirinhas ao Brasil;
- E) A construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, como parte do Programa de Integração Nacional (PIN), projeto do governo Médici para desenvolver obras de infraestrutura.

Comentário: O desenvolvimento de Porto Velho está associado ao início das obras da Ferrovia, desde 1908. Outras localidades também tiveram origem a partir desse empreendimento, o qual impulsionou também outras que estavam abandonadas. São exemplos, além de Porto Velho: Jaci Paraná, Vila Murtinho e Guajará Mirim. [B] principal fluxo de migrantes nesse período vem de trabalhadores urbanos da região Nordeste. [C] a BR-230 não passa no território do estado. A principal rodovia federal em Rondônia é a BR-364. [D] a construção da linha telegráfica se dá em 1915 (Estado Novo é em 1937-1945) com objetivo de integrar a região ao resto do país. [E] a construção das usinas fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) no governo Dilma.



Gabarito: A

14. (FUNRIO - CGE-RO / 2017)

Avalie se podem ser consideradas consequências do primeiro ciclo da borracha na região amazônica:

- I. Povoamento da região pelos nordestinos.
- II. Genocídio de povos indígenas.
- III. Anexação do Acre ao Brasil.
- IV. Desenvolvimento dos transportes fluviais na Amazônia.

Estão corretos:

- A) I e II, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

Comentários

Esse primeiro momento da exploração de látex brasileiro é marcado por diversos fatores que geram consequências na região, assim como também no restante do país. Vamos as alternativas:

- I Correto. Com a demanda de mão de obra para o trabalho que cada vez demandava mais gente, encontra-se como solução a migração de nordestinos, que já procuravam fugir da grande seca de 1877, para trabalhar na extração das seringueiras.
- II Correto. Concomitante a esse processo, deu-se também o extermínio de grande número de indígenas que habitavam a região, vítimas da expansão da exploração da floresta, que levava ao assassinato de muitos destes assim como a exposição a doenças trazidas pelos novos moradores.
- III Correto. Após diversos conflitos entre seringueiros que ocupavam as terras que viriam a formar o estado do Acre, o Estado brasileiro adquire, por meio de tratado, a região da Bolívia, que passa a integrar a área de exploração do látex em 1903.
- IV Correto. Todos esses pontos também acompanham, e de certa forma, geram, o desenvolvimento que se deu na região no período, sendo parte das consequências deste o crescimento das vias e meios de transportes fluviais na Amazônia, interligando diversas regiões por meio dos rios existentes.

Logo, todas estão corretas. Alternativa E.

Gabarito: E



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muito bem querido(a) concurseiro. Se chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcança-los. Sonhe alto, pois "quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar". Te encontro na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.







ESSA LEI TODO MUNDO CON-IECE: PIRATARIA E CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.